

O MOVIMENTO SOCIAL E A LUTA POR ESCOLA: UMA EXPERIÊNCIA NA COMUNIDADE DO JARDIM UNIÃO¹

Kelma Socorro Lopes de Matos

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a importância da participação comunitária na Escola Pública, a partir da experiência configurada no Bairro Jardim União com a conquista, construção e funcionamento da Escola Integrada 2 de Maio - primeira escola pública em Fortaleza, funcionando com a participação efetiva da comunidade.

Iniciaremos esta reflexão, fazendo um breve histórico da formação do Bairro Jardim União, discutindo o percurso das lutas dos seus moradores e tecendo considerações sobre a organização popular neste bairro e a postura do Governo Estadual frente a este tipo de movimento social.

Partindo deste histórico, ficará mais nítida a compreensão de que a Escola Integrada 2 de Maio constitui-se em um marco na luta por educação formal em Fortaleza.

Em seguida, apontaremos questões referentes: as consequências da interpenetração entre o público e o privado no locus escolar; a necessidade de valorizar-se o saber gestado no movimento social, reafirmando que a fusão de saberes - escolar, social e político é imprescindível à formação de cidadãos mais qualificados, afim de garantirem uma democracia mais real e menos formal.

Apresentaremos, para finalizar, uma pesquisa realizada no Jardim União em Junho e Agosto de 1991, quando buscamos averiguar a real participação dos comunitários na gestão da Escola Integrada 2 de

Maio². Mostraremos os dados obtidos, depoimentos de alguns entrevistados e observações pessoais apreendidas durante o período da pesquisa.

2 HISTÓRICO DO BAIRRO E CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INTEGRADA 2 DE MAIO

O Bairro Jardim União localiza-se na periferia de Fortaleza, nas imediações do Estádio Castelão. Sua formação tem início com a ocupação das casas do Conjunto Habitacional Jardim Castelão. As pessoas que passaram a morar nesse Conjunto eram provenientes do interior do Estado e de outros bairros desassistidos de Fortaleza.

Até 1986 - quando ocorreu a ocupação - as casas não contavam com moradores interessados, devido a sua proximidade de um aterro de lixo, causador de doenças e mau cheiro.

Após a ocupação - segundo depoimento de moradores - o Governo do Estado passou a fazer fortes pressões, buscando, das mais diversas maneiras, o abandono do local. Em resposta à postura ofensiva, os moradores passaram a organizar-se - inicialmente de maneira informal, pois não tinham ainda entidades representativas - e lutar pelas escrituras das casas, por água, luz, saneamento e escola.

O processo de construção da identidade e organização popular embasa-se na consciência da "falta de tudo". Nesse sentido, não é a agudização da miséria que faz surgir o movimento popular, mas a cons-

¹ Este trabalho é fruto da apresentação da Monografia A Luta do Povo por Escola: Uma Experiência na Comunidade do Jardim União na SEMANA SOCIAL CEARENSE - BRASIL: ALTERNATIVAS E PROTAGONISTAS. Seminário "Educação e Construção da Cidadania" 08 a 12.10.93. Fortaleza-CE.

² Pesquisa realizada para elaboração da Monografia "A Luta do Povo por Escola: Uma Experiência na Comunidade do Jardim União" - Curso de Especialização em Metodologia da Pesquisa em Educação - UFC, 1991.

ciência dessa miséria, comum a um determinado grupo social. (DURHAM, 1984;25).

Os moradores do Conjunto Habitacional Jardim Castelão ressentiram-se e unificaram-se em torno da consciência de suas carências e viabilizaram formas de superá-las.

O Governo do Estado, na época administrado por Tasso Jereissati, passou a negar o tradicionalíssimo dos governos anteriores - "coronéis" - instituindo como requisito básico para governar a PARTICIPAÇÃO³, embora algumas vezes tivesse que recorrer a estratégia nem tão participativa, nem tão modernas como alardeava em seus discursos.

Após vários conflitos e negociações, foi realizado um acordo entre moradores e Governo do Estado, no qual os "invasores" comprometeram-se a abandonar as casas do Conjunto e em troca receberam um terreno, material para a construção das casas e a promessa de uma escola para o bairro.

Alguns moradores optaram por permanecer nas casas do Conjunto Habitacional, o que provocou uma cisão do movimento enfraquecendo o seu poder de pressão, conseqüentemente os despejos passaram a ocorrer com maior frequência.

A adesão de parte dos moradores à proposta governamental não implica em um controle do Estado com relação ao movimento, já que a atitude da negociação expressa uma resistência e ao mesmo tempo um acúmulo de experiência a ser usada em próximo acordo. Chauí (1989) analisa a "ambigüidade" dos movimentos sociais, afirmando que o processo de conhecimento evolui junto a essas estratégias de conformismo e resistência, que demonstra a realidade vivenciada pelas classes populares e a sua luta permanente por direitos básicos.

Durante o processo de negociação, o movimento do Jardim União adquiriu uma organização formal, elegendo seus representantes e construído de fato sua entidade representativa. Essa formalização do movimento reflete a maturidade adquirida no percurso de lutas, perdas e conquistas.

Com a permanência de algumas pessoas no Conjunto Habitacional, novos moradores chegaram ao Jardim União, advindos do Conjunto Alvorada-Cocó (Ponte Iguatemi), Maravilha e Messejana, com o intento de participarem do mutirão habitacional e garantirem suas moradias.

O Governo do Estado, implementando a política participativa exigiu que fosse criadas Sociedades Habitacionais - entidades criadas para gerir os mutirões habitacionais, escolhendo, inclusive, os beneficiários deste programa.

O surgimento das Sociedades Habitacionais representou um poder paralelo às Associações de Moradores e uma fragmentação do movimento, à medida que as lideranças comunitárias passaram a ter funções essencialmente burocratizadas nas Sociedades Habitacionais.

Atualmente, no Jardim União há cinco Sociedades Habitacionais: Sociedade Comunitária Habitacional Jardim União, Sociedade Comunitária Habitacional da Maravilha, Sociedade Habitacional Menino Jesus de Praga, Sociedade Comunitária Habitacional Riacho Doce. Além dessas Sociedades Habitacionais, há a Sociedade Beneficente dos Direitos Humanos e a Associação de Moradores do Jardim União - primeira entidade criada no bairro.

Devido ao grande número de entidades, os moradores passaram a aglutinar-se em grupos menores, deixando de participar com a intensidade inicial da Associação de Bairro. O interesse voltou-se basicamente para a construção das casas. Inicialmente foram construídas 520 casas, e depois mais 120⁴. Atualmente mais residências estão sendo feitas pelos moradores.

O conceito de moradia pressupõe não apenas o espaço privado construído chamado "casa", mas as condições infra-estruturais mínimas, que passaram a ser reivindicadas pelos moradores do Jardim União, logo após o processo de construção de suas habitações, como água encanada, energia elétrica, telefone públicos, transporte e fundamentalmente a escola, que já fazia parte das demandas estabelecidas nas primeiras negociações com o Governo Estadual.

Inicialmente foi criada a Escola Inês Brasil que faliu - de acordo com depoimentos dos moradores - devido ao descaso com relação à manutenção básica para o funcionamento desse estabelecimento público.

Com o fracasso dessa experiência, os moradores passaram a exigir uma escola onde a comunidade tivesse uma participação efetiva desde a tomada de

3 Ver Plano de Mudanças do Governo do Estado do Ceará (1987;8).

4 Ver "A Intervenção Planejada e o Discurso da Participação" da Maria S.C. Barreira. p.95 in A Política da Escassez (1991). O número de habitações a que a autora se refere com relação ao bairro Jardim União é de 509 (previstas) - SEHAC, junho, 1989.

decisões mais simples até se chegar a trabalhar com a gestão coletiva: escola e comunidade definindo os rumos da escola.

A resposta aos anseios da comunidade veio através da Escola Integrada 2 de Maio. Esta escola é, segundo documentos⁵, fruto do Projeto: "Uma Escola Pública na Dimensão Comunitária", do qual participaram: A Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC), a Delegacia Regional de Ensino (DERE), Fundação do Bem Estar do Menor (FEBEMCE), Companhia Habitacional do Ceará (COHAB), Secretaria de Ação Social, Associação de Moradores do Conjunto Jardim União, União Popular do Conjunto Jardim Castelão e Adjacências, Sociedade Comunitária Jardim União, Sociedade Comunitária Habitacional Maravilha, João Piamarta e da antiga escola Inês Brasil.

A observação atenta ao processo de luta dos moradores do Jardim União revela que a Escola Integrada 2 de Maio, surgiu a partir de dois fatos principais: a) A luta pela posse das casas do Conjunto Jardim Castelão, que terminou por deslanchar na luta pela criação da escola; b) A luta paralela de 17 professores da rede pública de ensino que trabalhavam no Centro Educacional Padre João Piamarta e não encontravam espaço nessa instituição para exercerem com autonomia suas funções pedagógicas, sendo também pressionadas a não participarem dos movimentos próprios da categoria, por melhores salários e outros direitos - já que estavam sob controle de uma instituição privada.

O segundo fato a que nos referimos acima, requer algumas considerações sobre as relações entre o público e o privado no setor educacional. Apesar da interpretação das esferas públicas e privada acontecer na sociedade como um todo, o fato de um número considerável de professores da rede estadual de ensino sentir-se barrado, no tocante à sua prática pedagógica e política, pela direção de um estabelecimento de ensino da rede privada, expressa o privilégio do privado sobre o público.

Os privilégios do privado sobre o público, revelam-se a nível mais genético, na política de convênios com a rede particular de ensino, oferecendo à população vagas pagas pelo Estado em Escolas par-

ticulares pouco qualificadas; lotação de professores do Estado em estabelecimentos de ensino particulares; no crédito educativo; nos cadernos e livros desviados e vendidos como rascunhos; nas concorrências fraudulentas para a construção de escolas; na merenda escolar vendida como ração animal⁶. Há essas e outras formas pelas quais os recursos públicos vão escoando para o setor privado.

Hanna Arendt (1991;41) afirma - sobre a questão do público e do privado - que na modernidade, o social confunde-se com o político provocando a interpenetração das esferas. Na Polis Grega a esfera do público reservava-se apenas aos cidadãos, enquanto mulheres, crianças e escravos limitavam-se à esfera privada.

A relação de desigualdade ocorrida, portanto, na esfera privada. No âmbito do público, os cidadãos viviam entre "pares", mostravam sua individualidade e compartilhavam a responsabilidade sobre a defesa dos negócios públicos. Essa distância entre o público e o privado extingue-se com a modernidade, a ação e o discurso são transportados para a esfera do privado; o Estado amplia suas funções e a esfera pública burguesa torna-se parte do setor privado (HABERMAS, 1984).

Essa apropriação crescente do público pelo privado suscita a prática do privilégio, do favoritismo, da não democracia. O "mundo da rua" (público) passa a ser então o "mundo da casa" da classe dominante (CHAUÍ, 1989;136)

Retornando mais especificamente a questão do público e do privado no Brasil, Luiz Felipe Serpa⁷ analisa as origens e a historicidade dessas esferas - pública e privada - detendo-se no caráter da formação social brasileira.

Segundo Luiz Felipe, o fato da nossa colonização ter acontecido por via extensiva e rural - diferindo do tipo da colonização espanhola: intensiva e urbana, - por não haver ainda uma sociedade desenvolvida e a família ser o quadro predominante, o privado sempre precedia o público. Os cargos para a ocupação das capitâncias hereditárias eram fornecidos a partir de relações de intimidade e confiança.

6 Ver sobre a discussão entre público e o privado no setor educacional o artigo de Sofia Lerche Vieira "Ensino Superior no Brasil. O Público e o Privado em Número" - X ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL NO NORDESTE, Fortaleza, Ceará, 1991.

7 SERPA, L.F.P. O Público e o Privado - Sua Historicidade - X ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORDESTE, 1991.

5 Ver Relatório do 1º Encontro de Representantes das Entidades Comunitárias do Jardim União, Jardim Castelão e Adjacência - Secretaria de Educação do Ceará, Departamento de Educação Básica - 1ª Delegacia Regional de Ensino - Escola Integrada 2 de Maio.

"A sociedade brasileira formou-se na dimensão da casa Grande e da Senzala, não concretizado, com caráter, a organização da sociedade moderna, explicitada na separação da sociedade política (Estado) da sociedade civil, e afirmando-se como uma sociedade capitalista, com mediação da relação patrimonialista".

Os 17 professores que enfrentavam problemas político-pedagógicos no Centro Educacional Padre João Piamarta, após procurarem a Secretaria de Educação, aceitaram o desafio de participar do projeto: "Uma Escola Pública na Dimensão Comunitária".

Decidiram, inicialmente, realizar uma pesquisa no Jardim União para perceber os anseios da comunidade com relação à escola que estavam reivindicando, a preferência por cursos profissionalizantes, e que séries estavam sendo reivindicadas - por faixa etária. - Essa pesquisa foi feita em Fevereiro de 1990 e os resultados retornaram à comunidade.

Em abril de 1990, comunidade e professores se reuniram para traçar o perfil da escola e elegeram princípios norteadores de como deveria ser essa instituição: transcendendo a própria escola; democrática; participativa; autônoma; prestadora de serviços (profissionalização) e renovadora do projeto educativo. Foi ainda discutido nesse encontro as formas de como a comunidade participaria da gestão da escola.

Diante disso, podemos perceber que apesar do setor privado tomar dimensões gigantescas perante o público, há grupos que começam a esboçar a importância da conquista de seus direitos, garantindo a qualidade dos mesmos. Nesse sentido, acreditamos que a Escola Integrada 2 de Maio é um marco na luta por educação formal, na medida em que moradores e professores ousaram construir um espaço educacional diferentes dos demais.

Essa diferenciação começa pelo próprio nome da escola que presta uma homenagem a data em que os moradores receberam suas casas - após um período de lutas, - faz-se ainda diferentes por propor a gestão coletiva da escola de modo real, cotidiano. Em torno ainda da fundação da escola - 14.05.90 - procurou-se valorizar os grupos populares existentes na comunidade, resgatando a sua história e conhecendo a realidade vivenciada pelo coletivo.

Os moradores do Jardim União utilizam a Escola Integrada 2 de Maio para a realização de reuniões, missas, assembleias e outras atividades. A escola é, portanto, utilizada como espaço sócio-cultural. Professores e moradores ajudam-se, mutuamente, nas suas

lutas seja na forma de orientações, encaminhamentos ou pressões junto aos governos estadual e municipal.

Temos claro que muitos são os limites impostos pelo dia-a-dia a esse novo projeto de escola, já que a educação para os trabalhadores e seus filhos é pensada mais como "qualificação de mão-de-obra especializada" do que como formadora de grandes intelectuais. No entanto, percebemos que com todos os limites, os trabalhadores valorizam a educação formal e lutam por ela.

Com um ano de funcionamento, a Escola Integrada 2 de Maio conta com 35 professores da rede estadual de ensino e 13 funcionários - doze são pessoas da comunidade, pagas através de um convênio estadual. - Estão matriculados na instituição 1.165 alunos que estudam do Pré-Escolar à 6ª Série do 1º Grau. Há 80 alunos cursando o Supletivo do 1º Grau (Estudos Sociais e Língua Portuguesa) e outros 70 cursando o Programa de Educação Básica (Alfabetização de Adultos).

As lutas por escola revelam que a educação formal interessa aos trabalhadores não apenas na aquisição de conhecimentos para competir no mercado de trabalho, mas também como um instrumento para ler a realidade e lutar por dias melhores.

Partindo da escola que temos, faz-se necessário buscar revitalizá-la com a participação da comunidade. Voltando-se para os reais interesses do povo e garantindo a qualidade dos seus serviços, a escola pública reconquistará a credibilidade merecida perante a sociedade como um todo.

3 PESQUISA REALIZADA NA COMUNIDADE DO JARDIM UNIÃO⁸

Realizamos uma pesquisa na comunidade do Jardim União, cujo objetivo era verificar se a escola estava procurando desenvolver sua proposta inicial de atuar junto com a comunidade.

Escolhemos como instrumento de coleta a entrevista, a pesquisa documental e a observação. A amostra foi intencional, pois tínhamos como pretensão a qualidade dos depoimentos, obtendo informações de pessoas que realmente conheciam o percurso histórico da escola.

8 Pesquisa realizada em Junho e Agosto de 1991 e apresentada no X ENCONTRO UNIVERSITÁRIO DE INICIAÇÃO À PESQUISA. Fortaleza, 1992.

Realizamos 27 entrevistas: com sete representantes das diversas entidades do bairro (cinco representantes da Sociedade Habitacional e dois da Associação de Moradores), oito alunos da 4ª 5ª e 6ª séries e do Supletivo, com nove professores, sendo três de cada grupo de origem - Padre João Piamarta, Inês Brasil e Grupo de Novatas que incorporou-se à escola - além das professoras, também foram ouvidas as três pessoas que atualmente dirigem a escola (1 Diretora e 2 vice-diretoras)).

Partimos, na entrevista, de questões que nos permitissem adentrar com mais clareza no tipo de relação entre a comunidade, a escola e as Administrações Estaduais e Municipais (governos). Procuramos também perceber qual era o grau de participação da comunidade no espaço escolar.

Num aspecto mais específico, buscamos conhecer como tinha sido elaborado o currículo; que tipo de método de ensino era utilizado; como acontecia a avaliação dos alunos e se a escola também era avaliada pela comunidade.

Como questão conclusiva, pedimos para que falassem sobre a relação entre a escola e o movimento social, e que contribuições tinham sido efetivadas nesse processo relacional.

3.1 Apresentação dos Resultados

A primeira questão abordada, na entrevista, referia-se à participação das pessoas na criação da escola. Os entrevistados, de maneira geral, entenderam por criação da escola o período de reivindicação e estruturação inicial até o seu funcionamento.

As respostas revelaram que o grau de participação das pessoas na criação da escola foi bastante elevado, 74,1% dos entrevistados responderam que participaram desde o início.

As falas frisaram a participação dos moradores, através das mais diversas ações em conjunto com a Associação: reivindicação da limpeza e pintura da escola para que as aulas pudessem iniciar, denúncias de mau funcionamento da antiga escola Inês Brasil, eleição da diretoria da Escola Integrada, reuniões, fóruns de debate, pesquisas feitas na comunidade sobre o tipo de escola que queriam, divulgação e funcionamento da Escola Integrada 2 de Maio.

Considerando as respostas no geral, pudemos constatar, que apesar da pergunta ter sido feita com relação a participação individual - Qual a sua participação...?, - Muitas pessoas responderam referindo-se ao coletivo:

“...nós reivindicamos essa escola com a Associação de Moradores” (Aluno da 6ª Série).

“Nós não tivemos participação isolada, a nossa participação foi em grupo. Entrei para o grupo que tinha resolvido mudar. Nós aceitamos isso aqui como desafio” (Professora Piamarta).

“A participação da Associação do Moradores na Escola Integrada foi uma luta desativando a Escola Inês Brasil, nós conveníamos com a FEBEMCE, conquistamos o imóvel, reivindicando do Governo o patrimônio Social” (Presidente da Associação de Moradores).

Observamos que as pessoas que acompanharam o processo desde o início, estão formando uma consciência com relação ao público enquanto “domínio próprio das relações das paixões do nós representa o eu com os outros, o eu em interação”⁹ e também como um acesso concreto à escola.

Queremos ressaltar que o papel da comunidade não está restrito ao ativismo - organização de passeatas, limpeza do prédio, etc. - Os moradores do Jardim União participam das discussões opinando sobre o perfil da escola, currículo, sobre tudo o que diz respeito diretamente aos trabalhadores, mas de forma habitual é discutido e decidido, sem a presença dos mesmos.

Outro ponto abordado na entrevista, referia-se à direção da escola. Queríamos saber se a comunidade influía, de fato, nas suas opiniões, propostas e decisões nos rumos da escola.

As respostas obtidas mostraram que há uma tentativa de romper com a concentração de poder nas mãos da burocracia escolar. A diretoria da escola foi votada pelos professores e indicada pela comunidade através de seus representantes, com atestam os depoimentos da Presidente da Associação de Moradores e de uma professora da escola Inês Brasil, respectivamente:

“A nomeação da direção dessa escola demorou. Eles botaram o galo para cozinhar na panela e nós fomos lá em comissão, membros da Associação e mães da comunidade e logo no mesmo dia o Secretário assinou para o Diário Oficial e foram nomeados pela DERE para assinar e assumir, mas. - E se não der certo essa direção? - perguntou o Secretário e nós respondemos: se não der certo, do mesmo jeito que viemos aqui para botar, viremos para tirar”.

9 ANASTÁCIA, M.F.J. “Fazendo Idéias: A Necessidade e a Liberdade dos domínios do Público e do Privado”. Série Estudos, 65. Julho 1988.

“A escola é dirigida por três pessoas da equipe do Piamarta, a escolha foi feita por eleição”.

A grande maioria das respostas (48,2%), indicaram que a escola é dirigida pela diretoria e vice-diretoras - resolução de questões burocráticas, assinaturas, encaminhamentos. - Isto não significa que a comunidade esteja alienada das decisões, pois constata-se em todas as entrevistas que o espaço de participação já é algo conquistado pelo coletivo de moradores e alunos que estão presentes no cotidiano da escola opinando sobre os conteúdos, métodos aplicados, etc.

A convergência nas respostas apontando três dirigentes pode ser esclarecida com o seguinte depoimento:

“A direção da escola responde perante qualquer órgão público e perante a escola mas as questões são resolvidas no colegiado e junto com os pais dos alunos. Na parte burocrática a direção responde mas na parte pedagógica o espaço é aberto para a participação” (Diretora).

Outras declarações afirmam a tentativa de ampliar formalmente o grau de participação na comunidade, rompendo com os limites burocráticos e organizando uma forma mais burocrática de gerir a escola. A proposta de mudança do regimento da escola demonstra isso, na medida em que objetiva uma maior participação dos alunos e da comunidade como um todo.

A relação entre a comunidade e a escola é fortalecida pelas frequentes discussões, já existindo assim, informalmente, a prática das decisões em conjunto.

Os entrevistados foram ouvidos, também, sobre o relacionamento da escola/comunidade e os Governos Estaduais e Municipais. Percebe-se nas respostas, a personificação do poder nas figuras do governador, prefeito, secretários e o distanciamento entre estas autoridades e a comunidade. A escola e a comunidade tem o governo como algo de difícil acesso, apesar de tratar-se de uma escola pública e de uma comunidade que luta para transformar sua precária condição de vida.

As respostas assemelham-se quando afirmam a precariedade das condições de ensino e mostram insatisfação das pessoas em face do descaso estatal com a educação pública.

“A gente está precisando de material e eles tem que nos dar. Nós debatemos para ver o que iríamos fazer lá na Prefeitura. Nós já fomos pedir material, os alunos mais interessados vão e falam com o Prefeito, gritam e pedem material” (Aluna 4ª série).

Um aluno do Supletivo afirmou que mesmo com as dificuldades a comunidade continua lutando pela educação. “Está difícil porque os professores estão tendo dificuldades para dar aula. Eles não estão mandando livros. As professoras e mães lutaram para conseguir livros e professores adequados para as séries (...) Está difícil porque eles não querem pagar os professores...”.

O depoimento de outra aluna - 6ª Série - também demonstra descontentamento com a situação: “... o governador não manda professores para ensinar. Falta professor de Ciências. Os professores passaram agora quase uma semana sem ensinar porque o governo não mandou o cheque-salário para quem não fez o provão. A merenda estava faltando há mais de três meses, essa semana chegou a merenda e faltou gás. Depois que o colégio foi feito, passaram a ajudar menos”.

Outra questão abordada, tratava do Currículo de Ensino adotado pela Escola Integrada 2 de Maio.

Das pessoas entrevistadas, a grande maioria falou sobre a participação da comunidade em um ‘Seminário sobre Currículo’ - 03.06 e 09.01.91 - que foi, na verdade, o 3º FÓRUM DE DEBATES - “O Currículo na Escola Pública face ao projeto de Cidadania”.

Neste Fórum foi discutida a concepção de currículo e a necessidade de adotar um currículo de ensino que tratasse, democraticamente, dos reais interesses das pessoas que formavam a escola. O depoimento de uma professora do grupo de novatas, atesta este fato.

“A gente precisava colocar conteúdos que se adequassem à realidade dos alunos. Fizemos estudos com os próprios alunos para sentir o que eles queriam ver”.

Alguns depoentes alegaram que apesar do Currículo ter sido discutido e aprovado pela comunidade, na prática a falta de infra-estrutura material e pessoal, acabava inviabilizando a sua implementação.

“O Currículo desta escola foi muito estudado. Há uma tentativa de ver quais são as necessidades da comunidade e do aluno, mas está difícil colocá-lo totalmente em prática pela falta de recursos humanos...” (Direção).

“O Currículo corresponde aos anseios da comunidade. Em tese está correspondendo, na prática não, porque há falta de infra-estrutura” (Aluno do Supletivo).

Com relação à questão do Método de Ensino utilizado constatamos que há uma grande diversificação metodológica na tentativa de ultrapassar o método tradicional.

Em 51,9% das respostas constava a importância de considerar a experiência do aluno, nesse sentido foram citados os seguintes métodos e linhas de trabalho: Emília Ferrero (Construtivismo), Método Paulo Freire, Método Tradicional mesclado com o construtivismo, Paulo Freire e Piaget.

Percebemos que apesar das tentativas, não foi definido um método único a ser trabalhado pelo corpo docente, mas grande parte dos professores esforça-se para trabalhar com a realidade do aluno procurando uma relação mais estreita entre o 'saber formal' e o saber adquirido pela comunidade através de suas experiências. É isto que os depoimentos a seguir indicam:

"A professora utiliza o método em que ela trabalha muito com a realidade da comunidade. Numa matéria, acho que era Ciências a professora veio mostrar às crianças o nosso mutirão de água. Elas trabalham vendo a realidade atual do menino... de acordo com as necessidades das crianças" (Conselheira Fiscal da Soc. C.H. Jardim União).

"O método é assim: passa na lousa, a gente faz grupos para debater, perguntas, discussão em grupo. Ano passado fomos fazer visitas no Centro de Meteorologia e no Horto Municipal, para conhecer as plantas..." (Aluno 6ª Série).

"Há uma tentativa de aproveitar a cultura do aluno pegando o construtivismo. Ainda há muito do tradicional, mas há uma tentativa de mudança que foi abordada no projeto de currículo" (Direção).

Da mesma forma que Escola e Comunidade procuram inovar em direção de uma prática mais democrática e participativa com relação ao método de ensino, a avaliação dos alunos também aponta nesta direção.

"Avaliamos os alunos todos os dias, até pelo comportamento, porque a gente forma não só pelo conteúdo" (profª. Inês Brasil).

"Os alunos é que dizem quais as notas em comportamento e pontualidade, a professora discute com a gente se merecemos esta nota. Os pais participam das reuniões queremos saber como está tudo na escola, se vai bem..., nos debates os pais também são chamados (Aluna 6ª Série).

A Escola Integrada 2 de Maio também é avaliada pela comunidade, segundo depoimentos, sempre que há necessidade mas há uma avaliação anual formalizada.

A avaliação realizada em dezembro de 1990 contou com a presença da comunidade, alunos, Secretaria de Educação, Delegacia Regional de Ensino, Professores e Direção da Escola.

Ouvimos as opiniões dos entrevistados, ainda, com relação ao aprendizado adquirido através da participação do movimento a aprendizagem é relativa a conquista da cidadania na luta pelos seus direitos básicos.

As falas frisaram muito a concretização do cidadão através das lutas e reivindicações. Mário Osório Marques¹⁰, sobre a "concretização do cidadão", nos diz que: "Para que se concretize o cidadão real, é necessário que o indivíduo de carne e osso descubra suas próprias forças, perceba-as como forças sociais e crie suas próprias formas de organização, em que não se separam as forças sociais das forças políticas empenhadas em lutas mais amplas".

A percepção da comunidade do Jardim União sobre o aprendizado acumulado nas experiências e lutas, demonstra uma maior crença na organização comunitária.

"Aprende muito porque você vai saber com quem está lidando e saber como a comunidade tem dificuldade de conseguir alguma coisa pra gente mesmo. Nada vem de mão beijada, temos que lutar pelo objetivo que queremos" (Aluna do Supletivo).

Outra questão abordada foi sobre a contribuição direta do movimento beneficiando a escola e da escola fortalecendo as lutas dos moradores.

Constatamos que quase todos os respondentes reconhecem o valor do Movimento Social para a Escola, para as lutas e aprendizado da comunidade em geral. Mesmo reconhecendo esse saber, gestado na sociedade, as pessoas reivindicam o acesso ao saber escolar.

"A comunidade precisa crescer ainda mais. Eles contribuíram com a manutenção e criação da escola, com a vinda de transporte, do posto policial. A escola contribui com a aprendizagem, com a educação dos meninos que vão se esclarecendo e desenvolvendo intelectualmente, aprendendo a opinar..." (Direção).

"Ajudamos nos problemas quando a escola não tem pessoas para reivindicar coisas como o salário, material. Quando a gente precisa de auditório para as reuniões e missas ou a quadra para jogar, a escola nos cede" (Aluno 6ª Série).

"O ônibus foi uma luta das entidades usando o colégio e o colégio usando a escola, telefone público, esclarecer as pessoas para zelar pelo que é nosso. Essa escola se deu com a ajuda das entidades

10 MARQUES, M.O. - Revista Contexto e Educação n° 10. Escola e Cidadania. Abril/Junho, 1988.

e essa comunidade vai zelar pela existência, reforma e ampliação para a escola não se acabar” (Conselheiro Fiscal da S.H.J.U).

Pela falas, podemos observar que há uma estreita relação entre comunidade e escola. Essa relação é forjada em meio a inúmeras dificuldades, mas resiste em busca de práticas cotidianas mais democráticas e integradas.

4 CONCLUSÃO

Os trabalhadores dão provas cotidianas de que valorizam o espaço escolar e lutam por ele, mesmo com todas as dificuldades de funcionamento que a escola pública vem apresentando.

Diante dessa assertiva, é válido refletirmos em que proporção a escola pública tem respondido às demandas dos trabalhadores, quais os limites e as contribuições reais, dessa escola para a Sociedade, como tem se verificado a participação dos trabalhadores nas decisões e rumos dessa escola. Essas, entre tantas questões, merecem ser pensadas com maior profundidade, para que entre erros e acertos, partindo da escola que temos, possamos construir uma escola mais próxima da realidade dos que lutam por ela.

O caso da Escola Integrada 2 de Maio, apesar do curto período de ampliação, dá mostras de que é viável apostar na democratização real da escola pública. Essa escola - 2 de Maio - aponta pistas simples e eficazes de como acontece de fato a aproximação entre escola e comunidade: valorização, pela escola, do saber e experiências da comunidade; abertura para a participação da comunidade no cotidiano da escola e postura democrática da direção escolar, abrindo espaços para a participação de professores e comunitários na gerência da escola.

A administração participativa, de acordo com o depoimento e observações realizados, acontece de fato na Escola Integrada 2 de Maio. Mesmo reconhecendo a pequena abrangência da pesquisa realizadas, as dificuldades infra-estruturais da Escola Integrada, a falta de autonomia-econômica, administrativa e financeira - as dificuldades com a formação de professores, entre tantos limites que se impõem no caso em análise, afirmamos que a experiência da Escola Integrada 2 de Maio coloca-se como um passo no sentido da democratização e qualidade da escola pública.

Entendemos que a participação de pais de alunos - comunidade - no interior da escola eleva a quantidade de demandas pela melhor qualidade dos serviços, assim como permite uma visão mais próxima dos limites e possibilidades da instituição educacional. A escola também passa a contribuir mais amplamente com o crescimento e organização da comunidade.

Revitalizar a escola é portanto garantir que os trabalhadores tenham nessa instituição resposta mais de acordo com os seus interesses e acreditando nisso, lutem mais intensamente, pela manutenção da escola pública de qualidade.

5 BIBLIOGRAFIA

- ARROYO, M. A Escola e o Movimento Social: Relativizando a Escola, Revista ANDE Nº 12, p.15 à 20.
- _____. Da Escola Carente à Escola Possível. São Paulo, Loyola, 1986.
- _____. Operários e Trabalhadores se Identificam: Que Rumos Tomará a Educação Brasileira? - in Educação e Sociedade. São Paulo. Cortêz Editora, nº 5, 1990.
- BEZERRA, A. As Atividades em Educação Popular. In Brandão, C. (org.). A Questão Política da Educação Popular, São Paulo, Brasiliense, 1984.
- CAMPOS, R.C. A Luta dos Trabalhadores pela Escola. - São Paulo, Loyola, 1988.
- CARDOSO, R.C. Movimentos Sociais Urbanos - Balanço Crítico. In Sociedade e Política no Brasil Pós 64. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- DAMASCENO, M.N. Pedagogia do Engajamento - Trabalho, Prática Política e Consciência do Campesinato. Fortaleza. Ed. UFC, Stylus Comunicações, 1990.
- HAGUETTE, A. A Luta pelo Ensino Básico - Uma Proposta Pedagógico - Administrativa. Fortaleza. Ed. UFC, 1980.
- PAIVA, V. Estado e Educação Popular - Recolocando o Problema. In Simpósio sobre “ Perspectivas Teóricas da Educação Popular. São Paulo. 01.04.1980.
- SPOSITO, M.P. O Povo Vai À Escola. A Luta pela Expansão do Ensino Público em São Paulo. São Paulo, Loyola, 1984.
- _____. Escola Pública e Movimentos Sociais. Revista ANDE nº 7, 1984.